

CORPOREIDADE, LUDICIDADE E INFÂNCIA: CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO NO CONTEXTO DO “LIXÃO DO AURÁ” À LUZ DA TEORIA DO SISTEMA BIOECOLÓGICO.

Patrícia de Araújo¹ patriciadaraujo@hotmail.com
Angelo Vargas²

RESUMO

O artigo busca estabelecer relação entre corporeidade-ludicidade-infância, e tem como objetivo analisar e descrever como as crianças trabalhadoras em situação de risco no lixão possuem diversas dificuldades de viver seu tempo de infância, tendo como base o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (1996). O presente estudo caracterizou-se por ser do tipo qualitativo participante através da análise do discurso de Bardin (1995). Os resultados apontam para a intenção de poder contribuir nas discussões e denúncia a respeito da realidade dos infantes, sinalizando interfaces possíveis e prováveis caminhos conscientes e verdadeiramente comprometidos com atitudes críticas de cidadania e políticas públicas no Estado do Pará.

Palavras-chave

Corporeidade, Ludicidade, Infância em Situação de Risco, Modelo Bioecológico.

¹Universidade do Estado do Pará – UEPA; Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer na Amazônia; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA.

²Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Polícia Militar do RJ; Universidade Estácio de Sá.

ABSTRACT

This article pretend to establish the relation between embodiment- ludicity-infancy, and has as objective to analyze and describe how working children in situation of risk at the landfill have many difficulties to live their childhood, based on the Bioecological Bronfenbrenner Model (1996). The present study is characterized for being a participative and qualitative type based on the analysis of Bardin discourse (1995). The results indicate the intention of being able to contribute in the discussion and complaint about the infants reality, signaling possible interfaces and probable conscious ways and truly committed with critical attitudes to citizenship and public policy in the State of Pará.

Keywords

Embodiment, Ludicity, Childhood in risk situation, Bioecological Model.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a análise de um estudo participante com crianças em situação de risco, na comunidade de Santana do Aurá em Belém-Pa. A opção recai em estudar as crianças que são catadoras de lixo, em decorrência de nossa participação como coordenadora do projeto ensino, pesquisa e extensão “Lazer, Cultura e Cidadania: Uma fonte do saber sensível através da Educação Física na comunidade de Santana do Aurá³”, desde março de 2006, aprovado via Pró-reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará.

Busca compreender e analisar como as crianças trabalhadoras no lixão possuem diversas dificuldades de viver seu tempo de infância. O direito à infância lhes é negado e violado, assim como sua corporeidade, o que já foi enfatizado por Martins como “supressão da infância” (1993, p. 35). Temos como princípio e ponto de partida o reconhecimento do direito de que todas as crianças tenham experiências culturais que lhes possibilitem uma formação humana com dignidade plena.

Nessa direção, é possível assinalar instrumentos teóricos que surgiram para analisar as estruturas socioculturais no desenvolvimento da criança. Entre eles, pode-se destacar o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (1979, 1996)⁴, o qual orienta o estudo na tentativa de fornecer dados científicos para uma reflexão sobre a relação Corporeidade–Ludicidade–Infância no contexto do lixão em Santana do Aurá.

A análise do contexto e processo pode vir a fornecer dados que permitam a implantação de estratégias que visem a uma maior interação entre os sistemas, nos quais a criança está inserida, uma vez que estes estudos apontam para a importância disto no desenvolvimento integral do indivíduo, assim como demonstram a falta de políticas públicas voltadas para essa realidade em nossa cidade, tendo como horizonte de esperança e de utopia a Declaração Universal dos Direitos das Crianças da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês

United Nations Children’s Fund), promulgada em 20 de novembro de 1959, prevê o “direito à educação gratuita e ao lazer infantil”.

A TEORIA DO MODELO BIOECOLÓGICO: UM PARADIGMA PARA COMPREENSÃO DA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RISCO NO CONTEXTO DO LIXÃO

O recorte e a opção deste estudo referem-se ao desenvolvimento de crianças que, hoje, dentro de um contexto socio-histórico-cultural específico, vivem sua infância em condições denominadas como de risco específico: a infância no contexto do lixão. As populações que vivem em situação de risco são definidas, genericamente, como populações cujos membros podem apresentar defasagem em seu desenvolvimento (físico, cognitivo e/ou socioemocional) por estarem expostos à miséria econômica e/ou afetiva (HAWKINS, 1986).

Elas sofrem as diversas facetas da violência, quais sejam: desigualdades econômicas, sociais e culturais, exclusões econômicas, políticas e sociais (CHAUÍ, 1999).

Neste sentido, opta-se como marco referencial a abordagem bioecológica desenvolvida por Bronfenbrenner (1979, 1996), que privilegia estudos em desenvolvimento de forma contextualizada, visando a apreender a realidade de forma abrangente, tal como é vivida e percebida pelo ser humano no contexto em que habita.

Então parte-se do princípio de que essas crianças fazem parte de uma rede social e que o mundo onde nascem, crescem, brincam e trabalham é, sobremaneira, permeado por todas as interfaces dos vários sistemas que fazem interconexões neste mundo, onde não se pode deixar de observar o seu ambiente natural e desenvolvimento humano. Bronfenbrenner assim define o desenvolvimento humano, na fundamentação do seu Modelo Bioecológico: “Nós usamos o termo desenvolvimento para referir-nos à estabilidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres

³ Projeto aprovado através da Resolução nº 1239/06 – no Conselho Universitário (CONSUN) em 15 de março de 2006 de acordo com o processo nº 7640/5 na Universidade do Estado do Pará. Sendo reapresentado e aprovado novamente no ano de 2007.

⁴ Estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos.

humanos durante o curso de vida através de gerações” (1996, p. 342).

A Teoria dos Sistemas Bioecológicos, inicialmente apresentada como Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996) propõe a explicação e intervenção no desenvolvimento humano através da análise de quatro grandes dimensões conceituais, presentes e atuantes de forma dinâmica na vida cotidiana de cada pessoa. Essas dimensões são denominadas Pessoa, Processo, Contexto e Tempo – PPCT, e nas suas definições estão relacionados diferentes conceitos socio-histórico-culturais, descritos de maneira funcional e integrados. Assim:

[...] optou-se pelo modelo Bioecológico delineado por Bronfenbrenner (1992), na medida em que sua metodologia objetiva os estudos de desenvolvimento em contexto caracterizado por quatro elementos: a pessoa, o processo, o conteúdo e o tempo (VARGAS, 2002, p.7).

Neste modelo, o processo é destacado como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, que é visto através dos processos de interação recíproca, progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato (BRONFENBRENNER, 1996). Essas formas de interação no ambiente imediato são denominadas, no modelo bioecológico, como processos proximais⁶.

O segundo componente do modelo bioecológico é a pessoa. Sendo esta analisada através de suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na interação com o ambiente (BRONFENBRENNER

& MORRIS, 1998). No modelo bioecológico, as características da pessoa são vistas tanto como produtoras como produtos do desenvolvimento, pois constituem um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais e, ao mesmo tempo são resultado da interação conjunta destes elementos-processos, pessoa, contexto e tempo (BRONFENBRENNER, 1996). Assim, no modelo bioecológico, o desenvolvimento está relacionado com a estabilidade e mudança nas características bioecológicas da pessoa durante seu ciclo de vida, ou seja, forma-se “uma base de coerência na interação do indivíduo com o ambiente através do tempo” (STFANELLO apud GUEDES 2001, p. 95).

O terceiro componente do modelo bioecológico é o contexto, sendo analisado através de quatro níveis ambientais, denominados como microsistemas, mesossistemas, exossistema, macrosistema. De acordo com (Bronfenbrenner 1979/1996), estes sistemas estão organizados como um encaixe de estruturas concêntricas, cada uma contendo a outra, compondo o que ele denomina de meio ambiente ecológico.

O modelo sistêmico inserido no paradigma ecológico, segundo a teoria de Urie Bronfenbrenner, revela-nos a concepção da pessoa em desenvolvimento numa forma dinâmica, colocando sempre em evidencia a indissociabilidade entre as propriedades da pessoa e do contexto (BOZ, 2004, p.31).

Os efeitos de um contexto dependem do modo como ele é experienciado pelas crianças, ou seja, “... o que conta para o comportamento e desenvolvimento é o ambiente tal como ele é percebido, mais do que como passa existir

⁶Bronfenbrenner (1996) chamou esse sistema de interação de rede social. Para ele, a rede social pode ocorrer num ambiente restrito como, por exemplo, uma escola, em que as pessoas interagem o tempo todo e muitas vezes comunicam-se com recados por meio de terceiras pessoas (secretarias, coordenações, chefias, alunos). No entanto, as redes sociais mais extensivas e comuns são aquelas que estão presentes na interconexão entre ambientes.

Os processos proximais são apontados no Modelo Bioecológico como os principais mecanismos do desenvolvimento humano e abrangem formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente que operam através do tempo. Referem-se, mais especificamente, aos processos de interação recíproca progressivamente mais complexos entre um ativo organismo biopsicológico em evolução e as pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato (STFANELLO apud Guedes 2001, p. 95).

Um mesossistema se forma ou se amplia quando a pessoa em desenvolvimento entra em um novo ambiente, compreendendo as ligações com os processos que ocorrem entre dois ou mais ambientes contendo a pessoa em desenvolvimento. Um exossistema, constituindo o terceiro nível dos contextos desenvolvimentistas, representa as ligações e os processos que ocorrem entre um ou mais ambientes, desde que neles esteja incluído algum ambiente onde a pessoa em desenvolvimento não participa ativamente. Por fim, o macrosistema, como o mais abrangente de todos os sistemas, corresponde a todo um padrão externo de microsistemas, mesossistema e exossistema característicos de uma determinada cultura, subcultura ou outro contexto social mais extenso, com particular referência, desenvolvimentalmente instigativa, para os sistemas de crenças, recursos, riscos, estilos de vida, estruturas, oportunidades, opções de vida e padrões de intercâmbio social que estão incluídos em cada um desses sistemas. (STFANELLO apud Guedes 2001, p. 96).

na realidade objetiva” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 24).

Finalmente, o quarto componente do modelo bioecológico - o tempo - permite examinar a influência para o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vidas (BRONFENBRENNER, 1996). O Tempo pode ser apresentado como um organizador emocional e social, uma vez que abrange, na dinâmica do desenvolvimento humano, a existência de grandes acontecimentos históricos pertinentes (jogos olímpicos, mudanças de governo, questões de urbanização e industrialização, etc.), o momento evolutivo de cada pessoa em desenvolvimento focalizada (faixa etária, etapa sociocognitiva, etc.) e as características de constância e mudança no decorrer do ciclo vital.

METODOLOGIA

O estudo em questão foi pautado numa perspectiva qualitativa – participante. Para a composição dos instrumentos e procedimentos de aplicação do material utilizado, enfatizam-se à escolha de ouvir às crianças pesquisadas, como o recurso mais adequado para a compreensão de sua realidade de vida e para a contribuição que esse estudo deve trazer tanto no âmbito acadêmico, como das práticas sociais – políticas, educacionais, morais, culturais, entre outras.

A população alvo do estudo foi composta por 17 crianças na idade de sete a onze anos de idade, moradores e trabalhadores da comunidade de Santana do Aurá, que se localiza geograficamente no bairro Aurá, situado no limite geográfico-político-administrativo entre os municípios de Belém e Ananindeua, que compreende a área envolvida pela poligonal, que tem início na inserção do rio Aurá e a poligonal das terras da EMBRAPA-CPATU. As crianças envolvidas na pesquisa foram escolhidas em virtude do perfil que se encaixava dentro do trabalho de pesquisa que nos propusemos a desenvolver e diagnosticar.

Para analisar as informações, utilizamos o método conhecido por “análise de conteúdo”. Segundo BARDIN (1977), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31), em que os dados codificados, classificados e categorizados, com os quais é possível realizar uma análise sobre as mensagens que emergem do conteúdo referente aos pontos de interesses

da pesquisa.

RESULTADO

Os resultados da aplicação dos três instrumentos permitiram a identificação de especificidades sócio-demográficas, de parâmetros vivenciais e expectativas, que direcionam a expressão de opiniões sobre as crianças, incluindo a temática do tempo e das atividades cotidianas na situação de risco pertencentes à Comunidade de Santana do Aurá.

Com relação aos dados obtidos na entrevista bio-sócio-demográfica, o grupo apresenta crianças com faixa etária média entre sete e onze anos, quatro (meninas) e treze (meninos), sendo todas estudantes das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental – três crianças na primeira série, cinco crianças na segunda, seis crianças na terceira e duas crianças na quarta. Das dezessete pesquisadas, todas encontravam em defasagem série/idade. Assim, observamos no gráfico 1 e na respectiva tabela abaixo:

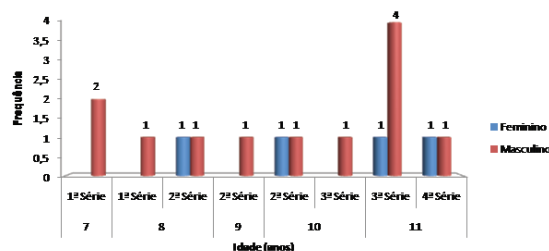


Gráfico 1 . Sujeitos pesquisados por Idade (em anos), Escolaridade e Gênero.

Tabela . Distribuição dos entrevistados por Idade, escolaridade e gênero.

| Idade/Escolaridade | Feminino | Masculino |
|--------------------|----------|-----------|
| 7 anos | 0 | 2 |
| 1ª Série | 0 | 2 |
| 8 anos | 1 | 2 |
| 1ª Série | 0 | 1 |
| 2ª Série | 1 | 1 |
| 9 anos | 0 | 1 |
| 2ª Série | 0 | 1 |
| 10 anos | 1 | 2 |
| 2ª Série | 1 | 1 |
| 3ª Série | 0 | 1 |
| 11 anos | 2 | 5 |
| 3ª Série | 1 | 4 |
| 4ª Série | 1 | 1 |

Um dado que nos chamou atenção é de que, quando perguntado sobre a idade, 90% das

crianças entrevistadas sabiam dizer a idade, porém não sabiam fazer referência ao mês ou ano do seu nascimento, o que por sua vez parece denotar a ausência de controle dos critérios de temporalidade.

Identificamos através do discurso verbal dos sujeitos da pesquisa o seu universo educacional, social e cultural dirigido através de entrevistas, fundamentando algumas questões importantes: (a) Caracterização do trabalho das crianças catadoras, (b) realização das atividades laborativas (trabalho), (c) seu cotidiano, (d) tempo e contexto relacionados ao ato de brincar e estudar, (e) seus projetos de vida, (g) suas representações sociais (contexto).

Assim, o conteúdo das nossas análises busca compreender o sentido dos seus discursos e significações das suas condutas sociais do seu contexto através das categorias e subcategorias analisadas das entrevistas, nas quais utilizamos entrevista semi-estruturada de dados bio-sócio-democráticos, o jogo das sentenças incompletas sobre a infância e corporeidade e entrevista semi estruturada sobre o tempo.

A partir dos instrumentos de coleta de dados supra-citados, buscou-se verificar em seu conteúdo a relação entre a vivência cotidiana dessas crianças e as crenças e valores difundidos sobre a infância na atualidade, correlacionando sempre com a Teoria Bioecológica Bronfenbrenner (PPTC).

À GUIA DE CONCLUSÃO

No Brasil, apesar dos direitos assegurados pelo arcabouço jurídico-legal, as crianças trabalhadoras permanecem à margem da rede de proteção, tanto no que se refere à esfera dos direitos humanos, quanto às esferas social e trabalhista.

A paisagem é a da DOUTRINA DA PROTEÇÃO e encontra-se vivificada originalmente na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); na Convenção dos direitos da Criança (1989), aprovada em (1990) pelo Congresso Nacional e promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21.11.1990 e na Lei Magna (1998), especificamente no art. 227, que é textual...(ARAGÃO e VARGAS, 2005, p. 19).

Dando continuidade, os autores supracitados fazem menção ao referido artigo de nossa Constituição Brasileira:

art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida,

à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Diante das ponderações e através do registro das falas das crianças, percebemos os impactos do trabalho na catação de resíduos no lixão, assim suas falas demonstram a consciência de que não deveriam estar em meio a essas atividades laborativas, poderiam estar em meio a atividades criativas e lúdicas, indispensáveis ao Ser Humano em formação.

No entanto, a estas atividades se impõem os trabalhos exercidos por uma necessidade de subsistência, em condições de esforços que, muitas vezes, ultrapassam as possibilidades físicas e psíquicas daqueles que o executam, pois geralmente são pesadas, nocivas e muito prolongadas para estas crianças, em condições peculiares de desenvolvimento. O trabalho traz danos às possibilidades de educação, descontração, lazer e bem-estar necessários à infância.

Além disto, as crianças ficam em desvantagem num tipo de organização do trabalho, que exige força física, e no qual as disputas pela sobrevivência ocorrem em todos os instantes. É uma atividade de trabalho perigosa, insalubre, penosa, e estressante. Essa situação coloca-se como alerta à implementação de políticas públicas sociais, que busquem reverter o atual quadro de exclusão e carência em que se encontram essas crianças, que passam a construir no cotidiano, as várias estratégias de sobrevivência, influenciando diretamente em sua corporeidade.

É de se destacar ainda que, a falta de políticas que tornem efetivos os direitos sociais das crianças... tais como, as atividades recreativas, os espaços apropriados para o lazer e diversão, a educação de qualidade, reforça o trabalho das crianças...num contexto social que impossibilita o usufruto das mínimas condições de desenvolvimento integral. Sua origem humilde e a responsabilidade de manutenção econômica do grupo familiar fortalecem o caráter discriminatório do trabalho precoce, gerando situações de desigualdade e injustiça, motivadas pela própria origem social. (VERONESE, 2007, p 101).

Para as crianças, são graves as conseqüências que elas sofrem, além dos riscos de saúde, posto que, muitas deixam de ir à escola para ir

aos lixões, outras estão muito atrasadas ou fora da série que deveriam estar. Sendo assim esse fator contribui para a desistência da escola, para se dedicar ao trabalho subumano e degradante que é o trabalho no lixão, trazendo em seu bojo outras violações, que afetam e comprometem o desenvolvimento adequado das crianças e alterando, sensivelmente, a identidade de sua corporeidade construída nas práticas sociais cotidianas, refletidas em seu contexto de vida.

Neste sentido, as crianças, através de suas famílias, são incorporadas ao trabalho, seja no lixão ou em casa, com a responsabilidade de contribuir para o orçamento familiar, ou seja:

[...] a família e sua condição sócio econômica tem um papel importante na definição do momento de entrada dos filhos no mercado de trabalho. A carência econômica é o fundamento principal para incorporar os filhos em atividades produtivas. (VERONESE, 1988, p. 72)

Assim, a necessidade de subsistência obriga as crianças e suas famílias a buscar novas estratégias de sobrevivência, entre as quais figura o trabalho infantil.

E que fique registrada aqui a Declaração Universal dos Direitos das Crianças – UNICEF, de 20 de novembro de 1959, em seu Princípio IV, que garante que a criança deve gozar dos benefícios da previdência social e que terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde; para essa finalidade deverão ser proporcionados, tanto a ela, quanto à sua mãe, cuidados especiais, incluindo-se a alimentação pré e pós-natal. “A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados”.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Selma Regina; VARGAS, Ângelo L. de Souza. O Estatuto da criança e do adolescente em face do novo código civil: Cenários da infância e da juventude brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1995.

Brasil. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRONFENBRENNER, U.; Morris, P. A. The

ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). Handbook of child psychology. Theoretical models of human development. Vol. 1. New York: John Wiley, 1998.

_____. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979.)

BOZ, C. G. Desafios do conhecimento. Positivo: Educação Física, 5ª à 8ª série. Curitiba: Posigraf, 2004.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 09 de maio 1999.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS – UNICEF. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm. Acesso em: 16 jun 2010.

HAWKINS, P. Children at risk: My fight against child abuse: A personal story and public plea. Bethesda: Adler & Adler. 1986.

MARTINS, J. S. O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

STEFANELLO, J. In: M. G. Guedes. A aprendizagem motora: problemas e contextos. Lisboa: Edições FMH, 2001. pp. 93-103,

VARGAS, Angelo. Sementes da marginalidade: uma análise histórica e bioecológica dos meninos de rua. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry & MOTA, Moacyr. A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Ltr, 1998.

_____. Temas de direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.